



**Mensagem nº 69**

**Processo nº 23981**

**Proponente: Poder Executivo Municipal**

**Regime de tramitação: Normal**

**Data de Conclusão à Procuradoria: 22/09/2022**

## **RELATÓRIO**

Trata-se de mensagem de origem do Poder Executivo Municipal, cujo mérito solicita aprovação do Colendo Plenário para Projeto de Lei que *“Altera a Lei nº. 4.178, de 01 de abril de 2022 que autoriza a concessão de subsídio mensal na tarifa do Transporte Público Coletivo de Sapucaia do Sul para o ano de 2022”*. Constan dos autos eletrônicos os seguintes documentos:

- ID 46707 (pdf, 73 páginas);
- ID 46759 (página única).

## **PARECER**

A proposição visa autorizar aumento no subsídio financeiro concedido pelo Município à empresa que realiza o transporte coletivo. O ato é motivado pela necessidade da manutenção do equilíbrio financeiro da concessão.

A matéria em questão foi objeto da edição de várias leis municipais (4.033/2020, 4.068/2021 e 4.106/2021), sendo que, ao que ora se vislumbra através da justificativa lançada pelo Poder Executivo, as atividades de transportes seguem sob os efeitos das várias medidas emergenciais de restrição à circulação de pessoas para evitar a proliferação da doença COVID-19, situação que tem considerável impacto na manutenção da atividade econômica.



## CÂMARA DE VEREADORES DE SAPUCAIA DO SUL

Av. Assis Brasil, nº51, Centro, CEP 93.220-050 - Sapucaia do Sul - Rio Grande do Sul  
Fones (51) 3474-1887 / 3474-1226 - Fax: 3474-1081

As medidas propostas pelo Poder Executivo visam, portanto, compor prejuízos ocasionados por tais medidas, eis que o serviço público em questão tem natureza essencial, cabendo ao Poder Público a responsabilidade de sua realização.

As justificativas apresentadas fundamentam-se também em juízo meritório, por considerar o momento ainda inadequado para onerar os usuários do serviço com reajuste de tarifas; bem como no fato extraordinário à vontade da empresa e do próprio Município, sendo a pandemia do “*coronavírus*” um evento imprevisível, tanto quanto a sua ocorrência, quanto às suas consequências quando da composição as tarifas vigentes.

No aspecto fiscal, verificamos constar da mensagem justificativa declaração dando conta que *já existe o embasamento legal das despesas preconizadas pela proposição no corpo da LM 4033/2020* (doc.ID 46707, p.2), legislação esta que instituiu o Fundo do Transporte e criou as rubricas por onde correrão as despesas, estando também na Lei Orçamentária Anual. Tais informações, deste modo, devem contemplar também o cumprimento das determinações do art. 16 da Lei de Responsabilidade Fiscal, ficando vinculadas e condicionadas à emissão do presente parecer.

Por derradeiro anotamos que, anteriormente à deliberação pelo plenário da nobre Casa Legislativa, deve haver manifestação das seguintes comissões permanentes:



## CÂMARA DE VEREADORES DE SAPUCAIA DO SUL

Av. Assis Brasil, nº51, Centro, CEP 93.220-050 - Sapucaia do Sul - Rio Grande do Sul  
Fones (51) 3474-1887 / 3474-1226 - Fax: 3474-1081

- a) **LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA**, por ser condição de tramitação do processo legislativo para todas as proposições em geral:

*Art. 76- Compete à Comissão de Legislação e Justiça manifestar-se sobre todos os assuntos nos aspectos constitucional, redacional e legal e, quando já aprovados pelo Plenário, analisá-los sob os aspectos lógico e gramatical, de modo a adequar ao bom vernáculo o texto das proposições.*

*§ 1º- Salvo expressa disposição em contrário deste Regimento, é obrigatória a audiência da Comissão de Legislação e Justiça em todos os projetos de lei e determinadas matérias que tramitarem pela Câmara.*

- b) **FINANÇAS E ORÇAMENTO**, por competência específica, eis que a proposição pressupõe alteração de receita.

*Art. 77- Compete à Comissão de Finanças e Orçamento opinar obrigatoriamente sobre todas as matérias de caráter financeiro, e especialmente quando for o caso de:*

*(...)*

*IV - proposições referentes a matérias tributárias; abertura de créditos; empréstimos públicos e as que, direta ou indiretamente, **alterem** a despesa ou a **receita do Município**, acarretem responsabilidades ao Erário Municipal ou interessem ao crédito e ao Patrimônio Público Municipal;*

- c) **SERVIÇOS URBANOS, HABITAÇÃO E SEGURANÇA**, por competência específica, eis que a proposição envolve execução de serviço público.



## CÂMARA DE VEREADORES DE SAPUCAIA DO SUL

Av. Assis Brasil, nº51, Centro, CEP 93.220-050 - Sapucaia do Sul - Rio Grande do Sul  
Fones (51) 3474-1887 / 3474-1226 - Fax: 3474-1081

*Art. 78- Compete à Comissão de Serviços Urbanos, Habitação e Segurança opinar nas matérias referentes a quaisquer obras públicas, empreendimentos, habitação, segurança e execução de serviços públicos locais e ligados às atividades produtivas em geral, oficiais ou particulares, sobre trânsito e transporte e comunicação em geral e, especialmente, sobre o Plano de Desenvolvimento do Município e suas alterações.*

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em conformidade com os fundamentos normativos apresentados acima, encaminhamos o expediente ao prosseguimento opinando pela **viabilidade da tramitação**. Destacamos, outrossim, que o presente parecer tem natureza opinativa e não vincula a decisão das comissões. À conclusão superior, e com aprovação, encaminhem-se os autos à DIRETORIA LEGISLATIVA para as devidas diligências.

Parecer exarado em 26 de setembro de 2022

**Pablo José Camboim de Souza**

OAB/RS 50.493

Matrícula 881

**João Roberto da Fonseca Junior**

Procurador Chefe

OAB/RS 69.257